

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA VINTE E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE UM, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NA**
4 **FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS. Com a presença dos seguintes membros:** São Paulo - Luiz Roberto
5 Barretti (ABES-SP), José Roberto Schmidt (CETESB), Teresa Paiva (USP); Rio de Janeiro - Lívia Soalheiro e
6 Romano (SEAS), João Gomes (UENF), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!), Markus Budzynkz
7 (APEDEMA), Mayná Coutinho (CEDAE), Antônio Carlos Simões (CSN); Minas Gerais – Eduardo Araújo
8 Rodrigues (IGAM), **dos seguintes convidados:** Aline Alvarenga (AGEVAP), Marina Assis (AGEVAP), Júlio
9 César Ferreira (AGEVAP), Daiane Santos (AGEVAP), Maira Simões (AGEVAP), Mair Sampaio (AGEVAP),
10 Osman Fernandes (ANA), Marcelle Terra (Município de São João da Barra), Luiza Salles (Ecoanzol), Zenilson
11 do Amaral (ASFLUCAN), Gesiel Junqueira, Rogério Santos (CEDAE), Osman Fernandes (ANA) **para tratar**
12 **da seguinte pauta: 1 – Aprovação da ata da reunião anterior; 2 – Apreciação da Deliberação que dispõe**
13 **sobre o Plano de Aplicação Plurianual – PAP do CEIVAP 2022/2025; 3 – Apreciação da Deliberação que**
14 **dispõe sobre o Planejamento Orçamentário Anual – POA 2022; 4 – Apreciação da Deliberação CEIVAP**
15 **que dispõe sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do CEIVAP para 2022; 5 – Apreciação da**
16 **Deliberação CEIVAP que dispõe sobre as ações estratégicas priorizadas para apoio na implantação do**
17 **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul; 6 – Apreciação da Deliberação**
18 **CEIVAP que dispõe sobre o Programa piloto de tratamento de esgotos em pequenas comunidades por**
19 **sistemas compactos/modulares; 7 – Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o aporte de**
20 **recurso financeiro para apoiar o município de São João da Barra em virtude dos impactos da baixa vazão**
21 **na porção final da calha principal do Rio Paraíba do Sul; 8 – Apreciação da Deliberação CEIVAP que**
22 **dispõe sobre Financiamentos Reembolsáveis com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de**
23 **recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 9 – Apreciação das Deliberações CEIVAP que dispõem**
24 **sobre a criação dos Grupos de Trabalho: 9.1 – Implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos**
25 **da Bacia do rio Paraíba do Sul – GT Implementação PIRH; 9.2 – Acompanhamento dos Estudos**
26 **Estratégicos CEIVAP – GTEE; 9.3 – Acompanhamento e Implementação do Programa Monitorar – GT**
27 **Monitorar; 10 – Apreciação das Deliberações CEIVAP que dispõem sobre a revisão das Ajudas de Custo**
28 **no âmbito do Comitê: 10.1 – Deliberação nº 252/2017 que dispõe sobre a adequação dos valores de ajuda**
29 **de custo e ressarcimento de despesas referentes à transporte dos membros da Diretoria Colegiada do**
30 **CEIVAP no exercício de suas funções; 10.2 – Deliberação nº 260/2018 que dispõe sobre a adequação dos**
31 **valores de ajuda de custo pagos e ressarcimento de despesas de membros do CEIVAP que venham a**
32 **representá-lo oficialmente em outros Fóruns, e aos membros representantes de organizações não**
33 **governamentais, do segmento das organizações civis de recursos hídricos; 10.3 – Deliberação nº 274/2019**
34 **que dispõe sobre a complementação das regras para pagamento de ajuda de custo e ressarcimento de**
35 **despesas terrestres para apoio de representantes de organizações não governamentais do segmento das**
36 **organizações civis de recursos hídricos membros do CEIVAP aprovados no ProfÁgua; 11 – Apreciação das**
37 **Deliberações CEIVAP que dispõem sobre a renovação dos Grupos de Trabalho: 11.1 – Educação**
38 **Ambiental, Mobilização e Comunicação – GTEAMC; 11.2 – Mananciais – GT Mananciais; 11.3 –**
39 **Regularização de Vazões – GT Vazões; 12 – Apreciação da Deliberação que dispõe sobre Posse dos novos**
40 **membros do CEIVAP (quadriênio 2021/2025); 13 – Apreciação da Deliberação que dispõe sobre a Eleição**
41 **e Posse da nova Diretoria Colegiada do CEIVAP (biênio 2021/2023); 14 – Assuntos Gerais, e; 15 –**
42 **Encerramento. ITEM 1 Aprovação da ata da reunião anterior:** O Sr. Luiz Barretti (ABES-SP) deu início à
43 reunião cumprimentando a todos, dispôs a referida pauta e colocou para aprovação a ata da reunião anterior. Após
44 rápidas correções, a ata da 3ª Reunião Ordinária, de 30/08/2021 foi aprovada. **ITEM 2 Apreciação da**
45 **Deliberação que dispõe sobre o Plano de Aplicação Plurianual – PAP do CEIVAP 2022/2025:** A Sra. Aline
46 Alvarenga (AGEVAP) esclareceu que conforme as outras reuniões, as apresentações dos itens 2 e 3 serão feitas
47 de forma conjunta. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) iniciou contextualizando sobre o plano e o caso emergencial
48 de 2021. Com a finalização do PIRH e do MOP em junho de 2021, foi elaborado o PAP 2022-2025, de 4 anos
49 para suprir o caso excepcional. Apresentou as premissas para elaboração do PAP e explicou que a padronização
50 continua sendo a definida pela ANA, na padronização de Finalidade-Programa-Ação, para possibilitar o
51 comparativo da implementação dos diversos planos de bacias do Brasil. Dentro das finalidades, no nível 1, há a
52 Gestão de Recursos Hídricos; Agenda Setorial; Apoio ao CBH, e; Manutenção do CBH e da ED. O nível 2 do
53 programa, são elementos de organização que articulam um conjunto de ações relacionadas, já o nível 3 ações, são
54 os elementos para contribuir para atender o objetivo do programa. Para fins de elaboração do PAP 2022-2025 foi
55 utilizado como base o PIRH, expos também sua estrutura pontificando as 6 agendas. Ademais, lembrando que
56 nem todas as ações do PIRH tem recurso previstos no PAP, no PAP temos que se ater apenas as ações que tem
57 investimento. Apontou que para elaboração do PAP foi preciso avaliar os recursos comprometidos até dezembro
58 de 2021; Saldo remanescentes de contratos cancelados do PAP 2021; Investimentos não contratados no PAP 2021;
59 Rendimentos Financeiros, e; Previsão de recursos que serão arrecadados e de rendimentos do CG ANA e da

60 Transposição no período de 2022-2025. Apresentou o valor comprometido para o PAP de 4 anos, explicando
61 sobre a redução na previsão de arrecadação em quase 5 milhões. O que impactou diretamente as ações, pois
62 precisam ser elaboradas considerando a previsão mais atual. Finalizou com a tabela dispondo de todo o
63 planejamento de recursos dos 4 anos seguindo o cronograma do PIRH, discriminando entre CG ANA e
64 Transposição. Relatou que o valor do primeiro ano é maior devido ao saldo remanescente de 2021 que precisou
65 ser realocado e porque muitas ações serão iniciadas, então houve a junção das ações que irão começar e das que
66 já estão em andamento. O Sr. João Siqueira (UENF) pediu para que constasse na tabela de totais o percentual de
67 cada ação. A Sra. Vera Lucia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) perguntou como é feita a distribuição dos recursos
68 entre os CBH's quando há edital, sendo que os 20% da transposição só podem ser empregados aos 4 comitês do
69 Rio de Janeiro. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) disse que recurso da transposição é usado preferencialmente no
70 estado do Rio de Janeiro. Em relação ao custeio, realmente tem um valor um pouco maior da transposição por
71 causa dos 20% previstos a essa finalidade e do CG ANA são 7,5%, além de ser um recurso que entra no rateio.
72 Informou ao Sr. João Siqueira que na AGEVAP farão uma discussão para verificar como empregar os percentuais
73 que ele solicitou. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) complementou que com a aprovação do PIRH e do MOP,
74 houve um norte para se planejar, além de atender o que foi pensando no GT Plano Ampliado que contou com a
75 participação de todos os atores, dando uma visão muito mais integrada e segura para a proposta. O Sr. João
76 Siqueira (UENF) disse que sua preocupação é porque as linhas estão delineadas, mas com a universalização do
77 saneamento, isso terá que ser rediscutido. O Sr. Luiz Barretti (ABES) falou que nesses instrumentos tanto o PAP
78 como o POA na verdade terão que ter monitoramento na aplicação, então eventualmente qualquer mudança terá
79 que ser incorporada, fazendo assim uma leitura dinâmica. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) explicou que com o
80 PIRH tudo foi muito otimizado, antes as ações eram macro, e hoje ele norteia exatamente a ação que cada comitê
81 precisa executar. Nos casos de ações maiores, o plano definiu áreas prioritárias e serão publicados editais de
82 chamamento que dão oportunidade para todos se inscreverem. O Sr. Luiz Barretti (ABES) colocou as deliberações
83 para aprovação e pediu para que os membros se manifestem caso tenham opiniões contrárias. A Sra. Vera Lucia
84 (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) pontuou que apoia a aprovação das deliberações, mas que a Comissão Especial
85 precisa trabalhar melhor a questão do recurso da transposição, a forma e aplicação. Sem mais nenhum
86 pronunciamento, as deliberações são recomendadas à Plenária. **ITEM 3 Apreciação da Deliberação que dispõe**
87 **sobre o Planejamento Orçamentário Anual – POA 2022:** O item foi discutido e apresentado juntamente ao
88 anterior, e a deliberação foi recomendada à Plenária. **ITEM 4 Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe**
89 **sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do CEIVAP para 2022:** A Sra. Aline Alvarenga
90 (AGEVAP) apresentou o anexo da deliberação, explicando que a agenda anual é uma obrigação regimental do
91 comitê a cada final de exercício, e agora há a meta do contrato de gestão que foi assinado no final de 2020.
92 Lembrou que a previsão é feita da forma mais realista possível com base do que foi feito em 2021, levando em
93 consideração o nível de aceite do órgão gestor que pode ter penalização caso passe 10% para baixo ou para cima
94 da meta. Explicou a quantidade de reuniões dispostas para cada atividade e disse que há a possibilidade de reuniões
95 extraordinárias, contando o que está no planejamento. O Sr. João Siqueira (UENF) relatou que gostaria de
96 entender como a AGEVAP está lidando com as metas propostas, porque acha que se faz necessário um número
97 muito maior de reuniões. O Sr. Osman Fernandes (ANA) esclareceu que o novo contrato traz um novo conceito
98 para avaliar a entidade delegatária, a previsibilidade foi uma das premissas para definir as linhas de contorno. Os
99 contratos são padronizados para todas as delegatárias, mas no aspecto específico não há nenhum impedimento e
100 o comitê pode fazer quantas acharem necessárias. O que precisa ser aferido é a capacidade de planejamento da
101 bacia, mas caso haja desobediência em relação a meta de oscilação 10% a nota de delegatária cai e
102 consequentemente a do comitê que é aferido como demandante. Em casos especiais como a crise hídrica que se
103 aproxima, é aberta a exceção para serem feitas reuniões, seguindo a lógica da criação de um GT Crise Hídrica,
104 por exemplo. A Sra. Vera Lucia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) falou ter preocupação em relação a criação de
105 grupos, pois alguns estão sobrepondo o GTAI no acompanhamento do plano integrado. A Sra. Aline Alvarenga
106 (AGEVAP) lembrou que no âmbito do GT Plano Ampliado com a participação de todos, foi definida a criação de
107 um GT de Implementação do Plano específico para isso, porque as competências do GTAI são maiores. Então só
108 está sendo atendido os encaminhamentos que foram feitos e que também entram nas metas da delegatária. O Sr.
109 Luiz Barretti (ABES) ressaltou que o objetivo da CTC na análise dessa deliberação é a agenda e não a função dos
110 grupos de trabalho, eventualmente se houverem esses tipos de problema, precisam ser levados a gestão do
111 CEIVAP para que os grupos sejam rediscutidos. Sem mais declarações, a agenda é recomendada à Plenária. **ITEM**
112 **5 Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre as ações estratégicas priorizadas para apoio na**
113 **implantação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul:** A Sra. Marina Assis
114 (AGEVAP) iniciou a apresentação dizendo que as ações estratégicas estão diretamente relacionadas ao indicador
115 3 do CG ANA. Contextualizou que no final de 2020 foi assinado o novo contrato de gestão n 027/ANA/2020 que
116 definiu no plano de trabalho novos indicadores que precisam estar alinhados ao PIRH e ao MOP. É importante
117 falar que para complementação e finalização do PIRH, a Profill precisou atualizar o diagnóstico e prognóstico
118 anteriores. Além disso foi feita a proposição de diretrizes e ações concretas para resolver as lacunas e deficiências

119 que foram detectadas. Também precisaram atualizar as informações que possuíam sobre demanda e foi obtida
120 uma nova disponibilidade hídrica com as vazões Q7,10 e Q95. No entanto, foi verificado que ainda era necessário
121 um maior refinamento das disponibilidades hídricas. Houve também a composição de um quadro de demandas
122 com base dos dados publicados no SNIRH da ANA. Outros estudos e aprimoramentos foram feitos, até pela
123 própria ANA que está atualizando sua base de dados para elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
124 Depois de toda a discussão temática relacionada, no âmbito do GT Plano Ampliado foi definido que seria
125 prioritário realizar dois estudos, previstos na agenda 5 do PIRH, em ações prioritárias de curtíssimo prazo: de
126 aprimoramento da disponibilidade hídrica, e da demanda e dos balanços. Disse que é importante lembrar que as
127 ações estratégicas serão avaliadas pela execução física, houve o cuidado de selecionar ações que estejam dentro
128 da gestão de recursos hídricos. Porque as ações executadas no âmbito de saneamento e infraestrutura verde, já são
129 avaliadas diretamente em outros indicadores, como por exemplo os três indicadores relacionados a desembolso.
130 Como estratégia de contratação, a criação de um grupo específico para acompanhar os dois estudos, levando em
131 conta a necessidade de manutenção da aproximação que foi criada no âmbito do GT Plano. Expôs o cronograma
132 físico seguindo o contrato de gestão atual que vai até 2025. O primeiro ano consta com grande parte da articulação
133 e discussão para alinhamento, no segundo o termo de referência e contratação, e nos últimos a execução conforme
134 o MOP. O Sr. Luiz Barretti (ABES) disse não saber se a avaliação por quartil no cronograma físico é eficaz em
135 termos de deliberação. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) explicou que essa definição por quartil segue o que foi
136 definido nos indicadores do plano. O Sr. Osman Fernandes (ANA) mencionou que as metas historicamente sempre
137 foram um pouco abstratas e com o contrato atual foi possível mudar essa cultura. A meta finalística aprecia o
138 produto concreto, e como o comitê aposta muito em intervenções físicas, a Agência Nacional achou interessante
139 colocar essa cultura nesse contrato para iniciar o processo de mudança. O Sr. João Gomes (UENF) solicitou que
140 as ações dos primeiros cinco anos fossem apresentadas em uma tabela separada em termos de trabalho, para dar
141 mais ênfase ao assunto. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) informou que pode ser feita uma tabela com todas as
142 ações do MOP, mas lembrou que não é porque essas são prioritárias que as outras não são. Ainda sobre a
143 representação das porcentagens no quartil, o Sr. Luiz Barretti (ABES) expressou preocupação em aprovar o texto
144 em relação ao entendimento dos leigos no assunto quando pegarem a deliberação. A Sra. Aline Alvarenga
145 (AGEVAP) frisou que existem premissas que precisam conter na deliberação e não podem ser modificadas, mas
146 foi definido retirar os percentuais. Sem mais contribuições, a deliberação é recomendada à Plenária. **ITEM 6**
147 **Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o Programa piloto de tratamento de esgotos em**
148 **pequenas comunidades por sistemas compactos/modulares:** A Sra. Maira Simões (AGEVAP) iniciou a
149 apresentação da proposta contextualizando sobre os trabalhos e pesquisas que foram feitos, percebendo assim
150 muitas situações de comunidades isoladas que não são atendidas pelos sistemas de esgotamento sanitário. Deixou
151 claro que não está falando de áreas rurais, que já são atendidas no Programa Mananciais, mas de municípios de
152 pequeno porte que não tem condições e conhecimento para se inscreverem no PROTRATAR. Existe uma lacuna
153 com municípios que começaram a fazer a rede coletora, mas não conseguiram as estações de tratamento e em
154 algumas situações a população nem conseguiria fazer a manutenção. Pela tendência das ETs compactas que estão
155 sendo utilizadas no PROTRATAR foi percebido que elas são mais seguras e fáceis de operar, então podem ser
156 um nicho operado e promovido na bacia. Falou sobre as vantagens das ETs compactas e através disso apresentou
157 a proposta de criação do Programa Piloto de Tratamento de Esgoto em Pequenas Comunidades por Sistemas
158 Compactos/Modulares do CEIVAP e citou o projeto CDTASA em São José dos Campos que foi piloto e teve
159 eficiência em mais de 95% de tratamento dos defluentes. Para operacionalizar o programa será feito um
160 chamamento público para os municípios que se enquadram nos critérios: tenha rede coletora, mas não tenha
161 alternativa para tratar o esgoto; população de até 2.000 habitantes e a localidade ser caracterizada como área
162 urbana. O Sr. Luiz Barretti (ABES) relatou que no comitê paulista já vem tratando há certo tempo do assunto
163 comunidades isoladas, e que existe um conceito sobre. Geralmente essas comunidades não estão contempladas
164 em planos de saneamento por estarem fora da área de atendimento, representam aglomerados urbano/rural e
165 precisam da tutela do município pois tudo que se faz exige manutenção. Disse que acha o estudo interessante,
166 porém controverso e complexo, logo na deliberação, além do recurso devia ter um critério técnico para que
167 pudessem contemplar da melhor maneira essas comunidades que realmente necessitam. A Sra. Tereza Paiva
168 (USP) parabenizou a iniciativa pelo impacto que irá causar nas comunidades e o incentivo as ETs compactas. No
169 entanto, demonstrou preocupação ao foco do projeto, que precisa ser mais bem direcionado. A Sra. Marina Assis
170 (AGEVAP) salientou que sobre a operação, eles têm o cuidado e pensam muito na hora de fazer o edital para
171 contemplar municípios que já tenham pelo menos uma equipe, e condições de executar e operar o projeto.
172 Explicou que o objetivo principal são ETs compactas, tratando assim todo o afluente e não focada apenas algum
173 tipo de patógeno. O Sr. Luiz Barretti (ABES) propôs uma adaptação no texto para criação de um critério de
174 exigibilidade e gostaria que a CTC participasse desse processo. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) questionou a
175 possibilidade de trabalhar no Art. 5 uma forma onde a CTC vá participar desde o início da criação do edital. Dessa
176 forma, atendendo ao solicitado e sem mais nenhum apontamento, a deliberação é recomendada à Plenária. **ITEM**
177 **7 Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o aporte de recurso financeiro para apoiar o**

178 **município de São João da Barra em virtude dos impactos da baixa vazão na porção final da calha principal**
179 **do Rio Paraíba do Sul:** A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) começou a explicar o documento dizendo que foram
180 feitas adequações no texto, pois a princípio seria uma deliberação “*ad referendum*” mas em função do tempo e
181 até do que foi solicitado pela própria diretoria da CTC sobre a apresentação do projeto. Expôs a deliberação e fez
182 um breve respaldo do que foi modificado, das recomendações da CTC e do GTAOH. Disse que a nota técnica
183 será feita pelos colaboradores da AGEVAP que atendem o CBH BPSI, que seria o passo para a transferência de
184 recurso. O Sr. Luiz Barretti (ABES) perguntou se caso houvesse o aporte de mais 25% a contrapartida também
185 subiria ou continuaria no valor de R\$: 120.000,00. O Sr. João Gomes (UENF) disse achar que deve ficar a cargo
186 do CEIVAP, até porque para mudar esse valor precisaria de outra plenária no comitê e não se tem tempo hábil. A
187 sua proposta foi adequar a resolução a realidade dos 25% sair do CEIVAP. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP)
188 explicou que primeiro o recurso deve ser viabilizado por meio da deliberação, ele só será transferido somente após
189 todas as etapas necessárias que garantam segurança tanto para o comitê quanto para AGEVAP do repasse. A Sra.
190 Mayná Coutinho (CEDAE) solicitou que a CEDAE consiga fazer a análise do projeto para ver se precisam ser
191 feitas adequações que garanta que seja absorvido. Sem mais comentários, a deliberação foi recomendada à
192 Plenária. **ITEM 8 Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre Financiamentos Reembolsáveis**
193 **com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul:**
194 A Sra. Marina Assis (AGEVAP) contextualizou que no final de 2020 houve a aprovação da resolução 53/2020 da
195 Agência Nacional de Águas que trata sobre o chamamento público, então define tanto regulamentação para editais
196 a fundos perdidos quanto a possibilidade de editais reembolsáveis. A ideia da referida deliberação é uma diretriz
197 inicial sobre a temática na bacia, seguindo sempre o PIRH. Na resolução da ANA, ficou previsto que todo o ônus
198 de não pagamento de futuros financiamentos serão da instituição financiadora e não do comitê, por isso é tão
199 importante a existência da instituição. A ideia é que seja a Caixa Econômica Federal, já houveram conversas até
200 com a própria ANA e já existe um parecer jurídico sobre o tema. Disse que fica claro no documento que a
201 documentação vai ser exigida sempre seguindo essa resolução da ANA, e as atribuições da instituição financeira.
202 Essa instituição será crucial para o processo pois ela irá efetuar a análise técnica financeira, verificando a
203 viabilidade, as documentações e todo o risco do crédito. Fazendo assim todo o acompanhamento da execução do
204 financiamento. Lembrou que é previsto no plano um estudo realizado pela ANA no curto prazo relacionado a esse
205 assunto, que levantará boas práticas que no futuro podem ser financiadas. Apresentou o valor mínimo do projeto
206 que é R\$: 1.000.000,00 previsto na resolução e o valor máximo de R\$: 5.000.000,00 que foi colocado levando em
207 consideração o que está previsto no PAP. A contrapartida deve ser minimamente 10% do valor total do
208 financiamento, mas pode ser maior dependendo das variantes do edital de chamamento. Falou sobre a composição
209 da taxa de juros e sobre o prazo máximo de financiamento, também previsto em resolução que é de 10 anos, prazo
210 de carência de 12 meses e 9 anos de amortização. Disse que os rendimentos voltam para o comitê e as prestações
211 devem ser pagas mensalmente e sobre o saldo devedor deverá incidir atualização monetária. Finalizou dizendo
212 que a ideia dessa deliberação é trazer um pouco do que a resolução da ANA traz e apresentar diretrizes gerais. O
213 Sr. Luiz Barretti (ABES) questionou que o escopo da deliberação de trata de financiamento reembolsável, então
214 o artigo 2, parágrafo primeiro, não cabe. O Sr. João Gomes (UENF) solicitou uma complementação no artigo 8º,
215 parágrafo 3, para deixar especificado que a informação consta no PAP. Sem mais manifestações, a deliberação
216 foi recomendada à Plenária. **ITEM 9 Apreciação das Deliberações CEIVAP que dispõem sobre a criação dos**
217 **Grupos de Trabalho:** A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) colocou que a criação dos grupos se dá em função do
218 que foi discutido na elaboração do próprio plano e do MOP, começou a explicar dos desdobramentos do item,
219 iniciando pela **9.1 – Implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do**
220 **Sul – GT Implementação PIRH:** Sua competência será acompanhar a implementação e execução das ações do
221 PIRH-PS, apresentou sua composição com 1 representante da ANA, 1 do órgão gestor de cada estado, 1 da
222 diretoria CEIVAP ou CTC, 1 de cada comitê da bacia e 1 da AGEVAP. A forma de condução será comumente
223 usada, onde a primeira reunião será organizada pela secretária e nela será eleito o coordenador do GT. O
224 coordenador será responsável pelas demais reuniões e interlocuções e GT possuirá caráter temporário seguindo a
225 duração do plano. Foi adicionado um parágrafo único deliberando que os representantes do GT devem ser
226 atualizados quadrienalmente seguindo o processo eleitoral do comitê. O Sr. Luiz Barretti (ABES) solicitou a
227 modificação do parágrafo pois existem comitês com processo eleitoral bienal. **9.2 – Acompanhamento dos**
228 **Estudos Estratégicos CEIVAP – GTEE:** Sua competência será acompanhar os estudos que já foram
229 recomendados à plenária: o de refinamento das disponibilidades hídricas da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul,
230 de atualização do quadro de demandas hídricas e de atualização dos balanços hídricos na Bacia Hidrográfica do
231 Rio Paraíba do Sul. Respeitando a paridade, sua composição será com 1 representante da ANA; 1 do órgão gestor
232 de cada estado; 1 da diretoria CEIVAP ou CTC, 1 do comitê paulista, 1 dos comitês fluminenses, 1 dos comitês
233 mineiros e 1 da AGEVAP. A forma de atuação será a mesma do já apresentado e o caráter também é temporário.
234 **9.3 – Acompanhamento e Implementação do Programa Monitorar – GT Monitorar:** Sua competência será
235 acompanhar o Programa Monitorar. Sua composição será com 1 representante da ANA; 1 do órgão gestor de cada
236 estado; 1 da CETESB-SP; 1 da diretoria CEIVAP ou CTC, 1 do comitê paulista, 1 dos comitês fluminenses, 1

237 dos comitês mineiros e 1 da AGEVAP. A forma de atuação se replica em todos os grupos e possui caráter
238 temporário com duração de 5 anos referente ao primeiro ciclo do programa. Sem mais pronunciamentos, as
239 deliberações foram recomendadas à Plenária. **ITEM 10 Apreciação das Deliberações CEIVAP que dispõem**
240 **sobre a revisão das Ajudas de Custo no âmbito do Comitê:** A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) explicou que
241 esse item está em pauta pois houve uma reestruturação na AGEVAP e toda documentação é avaliada pela auditoria
242 da Agência Nacional de Águas. Antes os formulários eram assinados pelo Diretor Presidente e Diretor
243 Administrativo Financeiro, mas com a nova estruturação, o segundo cargo não existe mais. Seguindo a norma
244 interna de alçada que foi criada, onde consta “para preenchimento da AGEVAP” terá a assinatura do responsável
245 pelo órgão gestor e responsável financeiro. Em resumo, a única mudança dos documentos apresentados será a
246 forma procedimental de assinatura. A Sra. Vera Lúcia Texeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) disse que entendeu
247 toda a explicação, no entanto acha que em outro momento precisa ser revisada a questão das quilometragens em
248 relação à ajuda de custo. **10.1 – Deliberação nº 252/2017 que dispõe sobre a adequação dos valores de ajuda**
249 **de custo e ressarcimento de despesas referentes à transporte dos membros da Diretoria Colegiada do**
250 **CEIVAP no exercício de suas funções:** A deliberação foi apreciada e recomendada à Plenária. **10.2 –**
251 **Deliberação nº 260/2018 que dispõe sobre a adequação dos valores de ajuda de custo pagos e ressarcimento**
252 **de despesas de membros do CEIVAP que venham a representá-lo oficialmente em outros Fóruns, e aos**
253 **membros representantes de organizações não governamentais, do segmento das organizações civis de**
254 **recursos hídricos:** A deliberação foi apreciada e recomendada à Plenária. **10.3 – Deliberação nº 274/2019 que**
255 **dispõe sobre a complementação das regras para pagamento de ajuda de custo e ressarcimento de despesas**
256 **terrestres para apoio de representantes de organizações não governamentais do segmento das organizações**
257 **civis de recursos hídricos membros do CEIVAP aprovados no ProfÁgua:** A deliberação foi apreciada e
258 recomendada à Plenária. **ITEM 11 Apreciação das Deliberações CEIVAP que dispõem sobre a renovação**
259 **dos Grupos de Trabalho:** A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) relatou que esses grupos estão com prazo
260 estourado ou para estourar, então com os projetos em andamento, precisam ser adequados. A proposta é que sejam
261 renovados pelo período do PAP, seguindo o mesmo raciocínio dos grupos que estão sendo criados agora, ao invés
262 de renovar anualmente. **11.1 – Educação Ambiental, Mobilização e Comunicação – GTEAMC:** Além da
263 renovação, serão acrescidos ao grupo: 1 representante dos comitês fluminenses; 1 dos comitês mineiros, e; 1 do
264 comitê paulista. A deliberação foi apreciada e recomendada à Plenária. **11.2 – Mananciais – GT Mananciais:**
265 Em exceção aos demais, seguirá o período do Programa Mananciais. A deliberação foi apreciada e recomendada
266 à Plenária. **11.3 – Regularização de Vazões – GT Vazões:** A deliberação foi apreciada e recomendada à Plenária.
267 **ITEM 12 Apreciação da Deliberação que dispõe sobre Posse dos novos membros do CEIVAP (quadriênio**
268 **2021/2025):** A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) esclareceu que esse é um documento padrão usado em todo
269 quadriênio em relação a eleições. É um documento mais administrativo que antes nem tinha o costume de passar
270 pela CTC, mas acha importante por causa da transparência. Ficam empossados os membros do CEIVAP para o
271 quadriênio 2021/2025, seguindo em anexo a relação. A ideia é soltar uma errata com os anexos preenchidos pós
272 reunião. Sem mais declarações, a deliberação é recomendada à Plenária. **13 – Apreciação da Deliberação que**
273 **dispõe sobre a Eleição e Posse da nova Diretoria Colegiada do CEIVAP (biênio 2021/2023):** A Sra. Aline
274 Alvarenga (AGEVAP) disse que o documento segue o mesmo parâmetro do anterior, sendo diferido o biênio e
275 que este é sobre a nova Diretoria. É respeitada a paridade de representação por segmento na Diretoria e um
276 representante por estado. Este biênio contará com o representante do Rio de Janeiro da secretária, o de São Paulo
277 na vice-presidência e o de Minas Gerais na presidência. Sem mais contribuições, a deliberação é recomendada à
278 Plenária. **ITEM 14 Assuntos Gerais:** Não houveram assuntos gerais a serem tratados. **ITEM 15 Encerramento:**
279 O Sr. Luiz Barretti (ABES) mencionou que este é o último ato desta CTC, agradeceu e desejou que todos estejam
280 reconduzidos no próximo ano. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM), a Sra. Vera Lucia (O Nosso Vale! A Nossa Vida!)
281 e o Sr. João Gomes (UENF) agradeceram ao Sr. Luiz Barretti pelo trabalho na coordenação. Sem mais
282 comentários, foi encerrada a 4ª Reunião Ordinária da Câmara Consultiva do CEIVAP de 2021. A presente ata foi
283 lavrada por mim, Naomy Euphemio, Secretária ad hoc, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da
284 CTC, Sr. Luiz Roberto Barretti, que presidiu a reunião.

285
286 Resende, 21 de outubro de 2021.

287
288
289
290
291
292
Luiz Roberto Barretti
Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP